CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA

PROC. N° 5365/09
PLE N° 240/09

PARECER PRÉVIO

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei em epígrafe, de iniciativa parlamentar, que institui como área Especial de Interesse Institucional o próprio municipal localizado na Rua Itaboraí, n° 898, no Bairro Jardim Botânico, e determina que nesse próprio municipal sejam prioritariamente instalados equipamentos urbanos voltados à segurança, à cultura, à saúde e ao lazer.

Na exposição de motivos o nobre Vereador proponente diz que a concretização da área pública em questão como Área Especial de Interesse Institucional é uma reivindicação dos moradores dessa região. E que o objetivo é transformar o local que está abandonado, depredado e com acúmulo de lixo em um espaço que beneficie o conjunto da população. Propõe, assim, a partir do projeto em exame, que a área seja utilizado para a instalação de equipamentos vinculados à saúde, à segurança, à cultura e ao lazer.

Instrui o projeto cópia de resposta ao pedido de informação n° 159/09, onde são prestados esclarecimentos acerca do terreno localizado na Rua Itaboraí, 898. É mencionado que a área é próprio municipal que se encontra aberto e , seguidamente, é constatada a existência de focos crônicos de lixo no seu interior que são depositados por terceiros.

É o relatório.

A qualificação ou definição das Áreas Especiais de Interesse Institucional é dada pelos arts. 73 e 74 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA (LC 434/99), conforme segue:

“Art. 73. Áreas Especiais são aquelas que exigem regime urbanístico específico, condicionado a suas peculiaridades no que se refere a características locacionais, forma de ocupação do solo e valores ambientais, classificando-se em:

I - Áreas Especiais de Interesse Institucional;

(...)

Art. 74. As Áreas Especiais de Interesse Institucional são aquelas onde estão implantados equipamentos urbanos ou que são objeto de projetos governamentais e que, por suas características, não são passíveis de enquadramento no regime urbanístico estabelecido na Parte III e nos Anexos desta Lei.”

Como se vê, não é qualquer área que pode ser declarada Área Especial de Interesse Institucional – AEII, mas apenas aquelas onde estão implantados equipamentos urbanos ou que são objeto de projetos governamentais e que, por suas características, exigem regime urbanístico diferenciado. Nada consta nos autos que permita concluir que a área em questão preenche tais condições. O “abandono” ou a não utilização da área, mesmo sendo próprio municipal, não autoriza, por si só, conforme se viu, nos termos do PDDUA, a instituição da área como de interesse institucional.

Com relação ao art. 2º, o projeto apresenta vício de inconstitucionalidade e inorganicidade, uma vez que cuida de matéria tipicamente administrativa, relacionada às atividades de planejamento e administração dos bens municipais, em que o processo legislativo deve ser iniciado pelo Chefe do Executivo, nos termos da Lei Orgânica Municipal (art. 94, incisos IV , VII, alínea “c” e XII) e arts. 60, II, “d”, 82, II, III, VII da Constituição Estadual que se aplicam ao Município em razão do princípio da simetria (art. 29, caput da CF). O projeto de lei em exame adentrando, assim, em seara própria e privativa do Chefe do Poder Executivo acaba também por ferir o princípio constitucional da independência e harmonia dos poderes (art. 2º da CF).

É o parecer que submeto à deliberação superior.

Em 21 de maio de 2010.

Fábio Nyland

Procurador – OAB/RS 50.325

A Diretoria Legislativa,

Com o parecer prévio desta Procuradoria, para os devidos fins.

Em 21/05/2010.

Marion Huf Marrone Alimena

OAB/RS 12.281

Procuradora-Geral